

Falta de acordo atrasa Comitê Gestor do IBS

CNM e FNP têm divergências sobre regras eleitorais para compor grupo

/ TRIBUTOS

Bolívar Cavalier
bolivarc@jcrs.com.br

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) estão em uma queda de braço para decidir a composição do Comitê Gestor do Imposto de Bens e Serviços (IBS), tributo que será criado a partir da reforma tributária. A falta de um acordo entre as entidades municipalistas quanto às regras eleitorais em que o grupo será formado resulta no atraso da sua implementação.

O Comitê Gestor do IBS será composto por 27 representantes de municípios e 27 de estados e do Distrito Federal. A definição dos integrantes dos municípios ocorre em duas eleições: uma para definir um grupo de 13 pessoas, e a outra de 14. A FNP busca indicar os integrantes no pleito dos 13, enquanto a CNM apresentaria os outros 14 nomes, mas a Confederação quer ter chapas em ambas as eleições.

Este imbróglio entre as entidades já ocorre há mais de um mês. Havia o prazo de 16 de abril para que fossem apresentadas as chapas para as eleições, e que posteriormente foi prorrogado



Prefeito Sebastião Melo se reuniu com secretário Bernard Appy em Brasília

para 16 de maio, nesta sexta-feira. Porém, sem um acordo entre CNM e FNP, a tendência é que se atrase a implementação do Comitê Gestor.

Entre a segunda-feira e a terça, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), que também é vice-presidente da FNP, foi a Brasília para tratar da composição do Comitê Gestor com senadores. O movimento se deu porque o Congresso Nacional deve iniciar na próxima semana uma série de audiências públicas para debater formação da mesa que irá gerir o IBS. O prefeito também se encontrou o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, para tratar do tema.

Conforme a CNM, foi apre-

sentada à FNP a possibilidade de a frente indicar oito integrantes do grupo de 13 e a confederação os cinco restantes, mas a proposta não foi aceita. Até que um acordo seja firmado, o processo de formação do grupo fica paralisado.

A principal diferença entre a CNM e a FNP é que a primeira representa a maioria dos municípios brasileiros, enquanto a frente reúne apenas cidades com mais de 80 mil habitantes. Dessa forma, a confederação seria favorita nos dois processos eleitorais por ter um número maior de filiados. Pelo menos por ora, nenhuma das entidades pretende recuar de suas posições quanto à formação do Comitê Gestor do IBS.

STF condena Carla Zambelli a 10 anos de prisão

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou na quarta-feira a deputada Carla Zambelli (PL-SP) a 10 anos de prisão pela invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrido em 2023. Cabe recurso contra a decisão.

A condenação pelos crimes de invasão a dispositivo informático e falsidade ideológica foi obtida com os votos do relator do caso, Alexandre de Moraes, e os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Cármen Lúcia. O julgamento virtual começou na sexta-feira e foi finalizado quarta.

Com a decisão, ela também foi condenada à perda do mandato após o fim de todos os recursos possíveis e o pagamento de R\$ 2

milhões em danos morais coletivos, valor que deverá ser dividido com hacker Walter Delgatti, que é réu confesso e que foi condenado a 8 anos e 3 meses de prisão neste mesmo processo.

Conforme denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), Zambelli foi a autora intelectual da invasão para emissão de um mandato falso de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes. Segundo as investigações, o hackeamento foi executado por Delgatti, que confirmou ter realizado o trabalho a mando da parlamentar.

Em nota à imprensa após o início do julgamento, a defesa de Carla Zambelli contestou a realização de um julgamento virtual para condenar a deputada. Os advogados também consideraram “absolutamente injusto” que a parlamentar seja condenada “sem

provas irrefutáveis”. A deputada afirmou nesta quinta-feira que não há provas para sua condenação e cobrou a palavra final da Câmara dos Deputados a seu favor.

Carla Zambelli responde a outro processo criminal no STF. Em agosto de 2023, Zambelli virou ré no Supremo pelo episódio em que ela sacou uma arma de fogo e perseguiu o jornalista Luan Araújo às vésperas do segundo turno das eleições de 2022.

A perseguição começou após Zambelli e Luan trocarem provocações durante um ato político no bairro dos Jardins, em São Paulo. Até o momento, o Supremo registrou placar de 6 votos a 0 para condenar a parlamentar a 5 anos e 3 meses de prisão em regime semiaberto. No entanto, um pedido de vista do ministro Nunes Marques adiou a conclusão.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Endividamento insustentável

A ausência de um plano de desenvolvimento econômico no País leva ao estrangulamento dos gastos públicos e ao crescimento insustentável da dívida. As principais despesas do Tesouro Nacional, depois dos juros, são para beneficiar 23,6 mil empresas nacionais, estrangeiras, e os programas sociais de auxílio às populações carentes. A anomalia tem levado ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT, foto) a uma situação incômoda e de difícil solução.



Plano negligenciado

Isso ocorre pela ausência de um plano de desenvolvimento econômico do País, que vem sendo negligenciado desde a criação do Plano Real. “É como se o capitalismo no Brasil não conseguisse se sustentar nas pernas sem subsídio oficial”, escreveu ao Repórter Brasília o jornalista Ivanir José Bartot, após uma longa pesquisa. O governo Lula vem se endividando a ponto de a dívida atingir hoje, R\$ 7,4 trilhões.

Isenta de arrecadação

O Tribunal de Contas da União constatou que atualmente a Receita Federal isenta de arrecadação R\$ 581 bilhões por ano, de grandes e médias empresas; e dá mais de R\$ 127 bilhões de benefícios financeiros e creditícios (o que equivale a 5,96% do PIB), em tese, como estímulo para manter a atividade do setor privado.

Menos para as pessoas carentes

Ao não recolher certos impostos dessas empresas, a Receita Federal acaba tendo de cobrar mais dos demais contribuintes para fazer frente às suas despesas. O TCU relacionou algumas das empresas beneficiadas: Petrobras, Vale do Rio Doce, FIAT Automóveis, General Motors, GE Celma, Samsung de Manaus, entre outras; quase todas em nichos de mercados monopolizados. Em tese, os recursos seriam para manter de pé a economia do País, mas isso não se verifica na prática.

Governo se endividando

O crescimento da economia é pífio para fazer frente aos gastos correntes e atender a população mais carente. A consequência deste déficit fiscal é uma política monetária com juros elevadíssimos, hoje 14,75% para conter a inflação sob controle, mas que acaba inibindo qualquer esperança de investimento privado na economia.

Deputado quer que TCU explique

O deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT) disse ao Repórter Brasília que fará, na próxima semana, “uns questionamentos para o Tribunal de Contas da União, de como é que o TCU enxerga tudo isso, e como é que é essa ganstança”.

Processo de securitização

Pompeo de Mattos afirmou que vem fazendo esses questionamentos. “Estamos brigando pelo processo da securitização. São oito deputados gaúchos que assinam o projeto da securitização. Queremos o quê? Uma compensação para o Rio Grande do Sul por conta das perdas decorrentes de três secas e enchentes. Isso dá um prejuízo enorme”.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323

SKO[®]
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade